

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.910 - SP  
(2019/0334276-6)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : DAUDT, CASTRO E GALLOTTI OLINTO ADVOGADOS**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : GUILHERME MOREIRA LOURES DA COSTA - SP424140**  
**INTERES. : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA - RJ050932**  
**RAFAEL HENRIQUE FIUZA DE BRAGANÇA - RJ121320**  
**LEONARDO GALLOTTI OLINTO - SP150583A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão da Presidência do STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, da qual se extrai:

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

Nas razões do agravo, a agravante sustenta que houve impugnação específica a todos os fundamentos do despacho de admissibilidade do especial, existindo tópicos próprios dedicados à efetiva demonstração de malferimento aos termos dos artigos apontados como violados no REsp, quais sejam, o art. 1022 do CPC/2015 e o art. 21 do CPC/73.

Requer a reconsideração do *decisum* ou que o presente recurso seja submetido a julgamento do órgão colegiado.

Em impugnação, a parte recorrida aduz que a decisão agravada deve ser mantida.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Com efeito, constata-se da petição do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 577/604) que houve impugnação específica dos fundamentos da decisão de inadmissibilidade (e-STJ fls. 552/553).

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno, para tornar sem efeito a decisão de e-STJ fls. 633/634.

Publique-se. Intimem-se.

Após, voltem-me conclusos para apreciação do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Mauro Campbell Marques  
Relator